

CONGRESSO

Semana em ritmo de feriadao

Presidentes da Câmara e do Senado marcam compromissos na Ásia e na Europa e adiam votações estratégicas para o governo

» ÁNDREA MALCHER

Com o feriado de 12 de outubro na semana e a previsão de viagens internacionais dos presidentes do Senado e da Câmara, os próximos dias no Congresso Nacional serão de poucos avanços nas pautas de interesse do governo federal. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), embarca hoje para a reunião dos parlamentos do G20, grupo das maiores economias do mundo, que ocorre na Índia. Depois, Lira segue para a China, a convite do Congresso Nacional do Povo, onde deverá tratar de temas mais econômicos.

Há uma grande expectativa do governo, em especial do Ministério da Fazenda, com a votação do projeto de lei que trata da taxação de offshores e dos fundos exclusivos.

A proposta seria votada na semana passada, mas, em uma reunião entre Lira e os líderes partidários na Casa, ficou decidido que a questão só irá a Plenário no dia 24. Lira retorna ao país três dias antes. O interesse do Centrão em cargos de comando na Caixa Econômica Federal e na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foi outro fator que freou a tramitação da proposta.

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) foi confirmado como relator ainda na segunda-feira passada e entregou seu parecer no dia seguinte, sem grandes alterações do texto enviado pelo governo, que inclui a taxa de dos estoques já acumulados nos fundos.

O parlamentar, no entanto, reduziu, em seu relatório, de 10% para 6% a alíquota sobre os rendimentos acumulados nos fundos offshore. Caso o projeto seja aprovado, a tributação passará a ser periódica, diferentemente de como é hoje, em que só há cobrança sobre esse tipo de investimento quando os cotistas decidem resgatá-lo.

Ainda sob a obstrução/protesto de pauta sustentada pelo

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, embarca hoje para a Índia e transfere votações no Plenário para a próxima semana

PL e o pelo Novo, a questão, que tramita em regime de urgência, passará a trancar a pauta do Plenário para a votação de outros projetos a partir de sábado. Esse é um dos motivos apontados por parlamentares ao **Correio** para justificar a falta de pressa na votação do projeto.

A pauta é fundamental para a equipe econômica, que busca formas de aumentar a arrecadação para cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024 — prevista no novo marco fiscal. O adiamento da votação frustrou as expectativas de que a medida pudesse ir ao Senado ainda nesta primeira quinzena de outubro.

Meio-termo

Para Lira, misturar o debate da taxação de juros sobre capital próprio (JCP) — uma das formas que uma empresa tem para distribuir o lucro entre os acionistas, titulares ou sócios — com tributação de offshores e fundos fixos poderia atrapalhar a análise pelos deputados. Portanto, a proposta de dar fim a dedutibilidade dos JCP deverá ser tratada separadamente. Ele avalia que o projeto apresentado pela Fazenda é um “meio-termo” que não acaba simplesmente com o mecanismo tributário, como era a intenção, originalmente.

“O governo fez uma sugestão

que, aparentemente, é boa, e vai trazer o benefício de separar aquele que usa o JCP para investimento, para produção, para gerar divisas, e aquele que só usa para sonegação. O risco era colocar JCP e esse tema poluir o resto”, disse o presidente da Câmara. “O projeto, já no seu nascimento, quando veio acoplado em uma medida provisória, já chegou acordado.”

A legislação, atualmente, não prevê a cobrança de impostos das offshores, e os bens arrecadados com investimentos no exterior são tributados apenas quando importados. Caso a proposta seja aprovada como está, a tributação anual das offshores

passará a ser obrigatória.

A alíquota será de 15% para ganhos entre R\$ 6 mil e R\$ 50 mil, e de 22,5% para ganhos anuais superiores a R\$ 50 mil. Pelos cálculos da Receita Federal, a União pode arrecadar R\$ 7 bilhões em 2024.

Do lado do Senado, uma comitiva integrada por Davi Alcolumbre (União-AP), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Daniella Ribeiro (PSD-PB) e Giordano (MDB-SP) acompanhará o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) em uma viagem a Paris para participar de um evento do Grupo Esfera. Antes disso, Pacheco deve se reunir com autoridades portuguesas em Lisboa, além de



O governo fez uma sugestão aparentemente boa, vai separar aquele que usa os juros sobre capital próprio para investimento, para produção, para gerar divisas, daquele que só usa para sonegação”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

receber uma medalha de honra na cidade de Coimbra.

Outras autoridades também participarão do evento na França, como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e o ministro Gilmar Mendes; o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; e o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), Jorge Viana.

Pacheco ainda não definiu a data de embarque para a Europa, e as sessões plenárias do Senado devem ser mantidas amanhã e quarta-feira, véspera do feriado da Padroeira do Brasil.

Novo Marco das Garantias barateia crédito, mas há riscos

» HENRIQUE LESSA

Com a aprovação pela Câmara, na semana passada, das mudanças incluídas pelo Senado, o novo Marco Legal das Garantias de Empréstimos está, agora, à espera da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O projeto, proposto ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), é uma das apostas do governo para ampliar o crédito e impulsionar o crescimento do mercado interno.

Com as novas regras, bancos e outras instituições de crédito, em caso de inadimplência, terão mais facilidade de executar garantias oferecidas na tomada de empréstimos. Com essa redução do risco para o credor, a expectativa do governo é que a oferta de crédito se amplie, forçando a redução nos custos de financiamentos no país.

Abordando as condições para realização de penhora, da hipoteca e dos casos de transferência de imóvel para pagamento de dívidas, além da retomada de bens móveis, como carros em alienação fiduciária, a lei deve facilitar as operações entre entidades financeiras e consumidores. Vai impactar diretamente na vida da população, promovendo uma redução nos juros e a ampliação das ofertas de crédito. Os maus pagadores também devem ser impactados com a execução mais rápida dos bens dados em garantia, diminuindo as vantagens de se valer da tradicional demora do Judiciário para proter a liquidação de débitos.

Privilegiando a cobrança de dívidas no âmbito extrajudicial e mirando a agilidade desses processos, os cartórios poderão notificar um devedor até por plataformas de mensagens

eletrônicas, como o WhatsApp, e o procedimento será considerado legalmente válido.

Veículos

O setor automotivo, considerado estratégico pelo governo — representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do país e, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), emprega diretamente 1,2 milhão de pessoas — deve ser um dos mais beneficiados com a nova lei.

Pela nova regra, além dos devedores poderem ser notificados extrajudicialmente por mensagens no telefone celular, as financeiras de veículos poderão promover a busca e apreensão de veículos de devedores sem a necessidade de ingressar com ações judiciais. Quando o veículo estiver alienado, o credor poderá ir diretamente no Detran, e com o atendimento de empresas especializadas, fazer a recuperação desse bem dado em garantia.

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, comemorou a aprovação da lei como um novo horizonte para a economia brasileira. Apostando em uma forte retomada do crédito, destacou o estímulo que deve ter a compra de automóveis zero quilômetro.

“O vice-presidente (Geraldo) Alckmin mencionou comigo que ele ouviu da indústria automobilística que a aprovação do Marco das Garantias, terá um impacto sobre a venda de veículos muito maior que qualquer incentivo fiscal do governo ao setor”, disse o secretário em referência ao programa de descontos de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil para a compra de carros novos de até R\$ 120 mil, realizada pelo governo no início do ano.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O setor automotivo está entre os que serão mais beneficiados com o novo Marco das Garantias

Hipoteca da Casa

Quando aprovado pela primeira vez na Câmara, em junho de 2022, o projeto permitia a penhora do único imóvel de moradia da família. A proposta de supressão dessa proteção que existia na lei gerou muitas críticas, e o texto foi alterado no Senado para garantir a impenhorabilidade da única residência familiar. Mas essa proteção segue apenas abrangendo as dívidas que não tenham o próprio imóvel como garantia. Se a residência familiar for hipotecada, no caso de não pagamento, o devedor continuará correndo o risco de perder a residência em que mora.

Hoje, um imóvel pode ser usado como garantia de apenas uma operação de crédito, mas, com a nova lei, será permitido hipotecar o imóvel em diversas operações. A norma

permite, por exemplo, que um imóvel avaliado em R\$100 mil possa ser usado em duas hipotecas de R\$50 mil. Até agora só era possível usar o imóvel apenas para uma hipoteca, independentemente do valor.

Endividamento

O secretário Marcos Pinto, descarta a possibilidade de uma bolha imobiliária, que gerou a crise dos “subprimes” nos Estados Unidos, em 2008. Para ele, a nova legislação vai garantir a ampliação do mercado de crédito, com empréstimos muito mais baratos para os consumidores. Para ele, não há risco de qualquer crise sistêmica, já que, no Brasil, o crédito hipotecário — apesar de ter as menores taxas do mercado — fora do financiamento da casa própria tem uma participação ainda residual, situação que deve

mudar com a nova lei.

A avaliação do ministério é que, reduzindo o tempo e a burocracia de recuperação de garantias, o risco de inadimplência vai cair, levando a uma redução expressiva nas taxas de juros que acarretará a ampliação do acesso ao crédito para toda a população.

“O grande risco pro consumidor é o superendividamento. É preciso ter muita cautela e planejamento ao assumir novos empréstimos. E se lembrar que, se não pagar, vai perder o bem. Ou seja, o consumidor terá maior autonomia sobre a sua propriedade, maior capacidade de alavancagem e maior oferta de crédito com juros menores, mas isso demanda mais responsabilidade na hora de assumir os compromissos”, explica Silvio Soares, advogado especialista em direito bancário do escritório Urbano Vitalino.



O grande risco para o consumidor é o superendividamento. É preciso ter muita cautela e planejamento ao assumir novos empréstimos. E se lembrar de que, se não pagar, vai perder o bem”

Silvio Soares, advogado

No prego

O penhor civil, usualmente de joias, relógios e obras de arte, continuará monopólio da Caixa, para evitar o estímulo à agiotagem ou à lavagem de dinheiro por meio dessa modalidade de crédito.

“É uma das operações mais baratas, voltada a pessoas que passam por dificuldades financeiras, estão negativas e não têm outras garantias a apresentar e, por isso, decidem penhorar bens que não querem se desfazer deles. São objetos de alto valor afetivo, herdadas de antepassados, desde joias a relógios e canetas, por exemplo. Com a quitação do empréstimo a juros mais baixos, as peças retornam aos herdeiros” defendeu em nota a Associação de Pessoal da Caixa Econômica (Apcef).